

RACISMOS NO CONTEXTO FORMATIVO: Formação cultural e prática docente.

Leda Maria de Souza Alves ¹

¹ Acadêmica de Graduação em Pedagogia, leda.maria@ufms.br

² Professor Orientador, Doutor, christian.mwewa@ufms.br

*Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia-CPTL.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Campus II/
Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 | 79613-000 | / Três Lagoas, MS Brasil.*

RESUMO

O presente artigo é parte do Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia-CPTL da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob orientação do professor Doutor Christian Muleka Mwewa. Busca-se refletir, a partir da autobiografia, sobre alguns dos mecanismos dos racismos no cotidiano e contexto escolar. Será que eu, enquanto professora dos anos iniciais, possuo formação cultural para lidar com este tema? Quais aspectos sociais influenciam na formação da personalidade racista na infância (Mwewa, 2016). A experiência nos anos iniciais mostra diversos tipos de preconceitos que desembocam em discriminações “raciais” que se manifestam de maneira explícita quando não, veladas. O estudo qualitativo autobiográfico apoia-se nas experiências e vivências da autora no sentido de selecionar passagens e/ou paisagens no cotidiano do contexto formativo em tensão com conceitos que se referem a classificações e significados de termos racistas. Acredita-se que a partir da compreensão dos mecanismos racistas pode-se criar caminhos para uma sociedade menos desigual e equânime que assuma as lutas antirracistas em todos os âmbitos, a começar pela educação das infâncias. Devemos questionar nossa atuação profissional para o agir ético diante da diversidade etnocultural nas suas diversas formas de manifestação. A escola, além de educar, cabe cuidar (no sentido de autoconservação) das mediações que visem assegurar a proteção e implementação de direitos das crianças para além do adultocentrismo.

Palavras-chave: Cotidiano e contexto Escolar. Tensões Étnicas e "raciais". Formação Cultural.

ABSTRACT

This article is part of the Course Completion Work presented to the board of the Pedagogy-CPTL course at the Federal University of Mato Grosso do Sul under the guidance of professor Doctor Christian Muleka Mwewa. The aim is to reflect, based on the autobiography, on some of the mechanisms of racism in everyday life and in the school context. Do I, as an Early Childhood Education teacher, have the cultural training to deal with this topic? What social aspects influence the formation of racist personality in childhood (Mwewa, 2016). The experience in early childhood education shows different types of prejudices that lead to “racial” discriminations that manifest themselves in an explicit way, if not in a veiled way. The qualitative autobiographical study is based on the author's experiences in order to select passages and/or landscapes in the daily life of the

formative context in tension with concepts that refer to classifications and meanings of racist terms. It is believed that by understanding racist mechanisms, paths can be created towards a less unequal and equitable society that takes on anti-racist struggles in all areas, starting with childhood education. We must question our professional performance in order to act ethically in the face of ethnocultural diversity in its various forms of manifestation. The school, in addition to educating, is responsible for taking care (in the sense of self-preservation) of mediations that aim to guarantee the protection and implementation of children's rights beyond adult-centrism.

Keywords: Daily life and school context. Ethnic and "racial" tensions. Cultural Training.

Introdução

As práticas de discriminação racista são predominantes na sociedade brasileira devido à época colonial que marcou a sociedade. Esse tema sempre foi discutido superficialmente, por mais que seja de extrema importância, o mesmo deve ser discutido com foco, sobretudo, no processo de intervenção que ocorre para mudar a situação atual. No campo da educação, a necessidade de se discutir a negritude e o racismo surge pelo importante papel que a escola desempenha na construção dos estudos, o que também a torna apropriada para essa oportunidade como lugar de debate e superação da prática do racismo, marcando-o como um local de aprendizado e interação cultural.

Abordar a formação cultural de professores é dar espaço a um tema que por sua importância, deveria ter sido incorporado ao discurso e à prática daqueles que almejam a melhoria da qualidade da educação. As palavras formação e cultura tem múltiplos significados, embora saibamos que, por sua ambiguidade o conceito de cultura sempre dá a impressão de ser limitado sendo direcionada a apenas uma cultura, podemos entender a formação cultural como o processo que conecta o indivíduo a um mundo cultural entendido como espaço de diferentes leituras e interpretações da realidade.

Neste estudo, são consideradas as questões relacionadas ao comportamento do professor diante da atitude de racismo, e se o professor tem uma formação cultural a altura para lidar com esses problemas na escola, visando refletir sobre um aspecto que consideramos relevante por sua influência no trabalho docente. Assim, busca-se trazer elementos para pensarmos a importância da formação cultural dos professores de modo geral, e particularmente, daqueles que trabalham com a educação. Desse modo, a pesquisa baseia-se em análise bibliográfica proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem um melhor argumento no que se refere a classificações e significados de termos

racistas. Outrossim, partindo de uma narrativa autobiográfica o trabalho parte de uma construção de um processo reflexivo que evidencia as dificuldades das relações étnico raciais, dentro do cotidiano escolar.

A escola, como uma das instituições responsáveis pela relação de socialização e saberes históricos, tem um papel importante na criação de uma representação positiva dos negros e outros grupos que vivem uma história de exclusão, mais do que uma apresentação para estudantes de dados sobre a situação do racismo, mas sim problematizar mais sobre a questão racial. Na educação, a ideia amplamente debatida é que o sucesso do processo de ensino e aprendizagem está ligado ao controle do conteúdo aplicado pelo professor e sua capacidade de repassá-lo. Para contribuir com este debate, defendo a importância de uma formação de professores que inclua experiências positivas que permitam aos professores apoiar a aprendizagem do conteúdo do currículo mais facilmente e sem problemas de divulgar histórias culturais. Falo também sobre a integração de experiências positivas no processo de ensino, que parte da ideia de que os fatores sociais são importantes para a criação de competências pedagógicas e a sua disseminação na aprendizagem dos estudantes, o estudo da relação entre professores e cultura pode ampliar a compreensão do ensino, não apenas na mediação do saber escolar, mas também na constituição de uma sociedade democrática.

Tendo em vista o racismo no cotidiano escolar e a formação de docentes para lidar com questões étnico e “raciais”, o estudo foi desenvolvido através de uma descrição de uma determinada vivência na imersão em unidades escolares de ensino. Esses materiais referem-se a fatos, com base em informações e afirmações pessoais. Portanto, esses estudos se encaixam bem na discussão que será apresentar o papel da formação cultural. A docência na área da educação é carregada de subjetividades e, por isso, não visa descobrir, por meio de um relato autobiográfico, a solução definitiva para as questões que surgem nas interações cotidianas dos envolvidos no processo educativo. Pelo contrário, o seu propósito é envolver-se numa contemplação pensativa/reflexiva, procurando compreender situações para lhe dar um novo significado.

Reflexões acerca das diversidades na sociedade

Nos últimos anos, a relação entre desigualdade e diversidade tem manifestado um espaço de maior destaque nos debates contemporâneos. A diversidade pode ser entendida como diferença nas estruturas históricas, sociais, culturais e políticas. Alguns de nós não

recebemos na nossa educação e formação como cidadãos, a preparação necessária para enfrentar o desafio e a problemática da convivência com a diversidade e a manifestação da discriminação, que nos deparamos todos os dias na nossa vida profissional. Esse mesmo preconceito também afeta as relações sociais dos estudantes entre si e entre estudantes e professores na escola. Porém, alguns professores, por falta de preparo ou pelos preconceitos que os impregnam, não sabem se posicionar diante de uma situação de discriminação na escola ou em sala de aula, utilizando a oportunidade de discutir diferentes diversidade e conscientizar seus estudantes sobre a importância e a riqueza que traz à nossa cultura. Não é necessário ter prognósticos para compreender que a privação imposta aos professores e sua inaptidão para administrar situações de racismo, além dos efeitos destrutivos dos livros e materiais didáticos e das relações entre livros infantis de diferentes etnias que desencorajam os estudantes negros e atrapalham sua educação, explicando o alto índice de repetência e evasão entre alunos negros em relação aos alunos brancos. Dessa forma, enquanto a probabilidade de os brancos entrarem no ensino superior, dado que começaram a cursar o ensino médio, era de 43%, para os negros era de apenas 18%. (BRASIL, 1999)

Sem diminuir a influência impacto da condição socioeconômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, devemos reconhecer que questões coletivas de memória, história, cultura e identidade dos alunos afrodescendentes são apagadas do sistema educacional e fornecem aspectos que explicam tamanha repetência e taxas de evasão. Todo mundo, ou pelo menos um professor experiente, sabe que a história negra contada nos livros didáticos só é apresentada a partir da perspectiva dos “outros”, de forma humilhante e objetiva. Compreender os conceitos de racismo e discriminação racial os ajuda a entender o que é o comportamento racista e quando ele acontece na escola. Essa é uma discussão que deve fazer parte do processo de formação docente.

Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano. Porém, não é contraditório que tantos educadores concordem com essa afirmação e, ao mesmo tempo, negam o papel da escola no trato com a diversidade étnico-racial? Como podemos pensar a escola brasileira, principalmente a pública, descolada das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social desse país? E como podemos pensar as relações racistas fora do conjunto das relações sociais (GOMES, 2005).

Os materiais tornam-se recurso básico, e quanto mais rica a diversidade de literatura e ilustrações, maior a qualidade do conhecimento que o estudante pode adquirir. Promover a imersão nessa cultura é também valorizar a autoestima desses indivíduos. O documento da

Base Nacional Comum Curricular, cita que a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade (BRASIL, 2018, p.37). Dito isso, os espaços educativos precisam mediar e ampliar essa abordagem cultural. Se faz necessário refletir sobre a abordagem feita a respeito da diversidade cultural do nosso país. Um assunto que faz parte do cotidiano escolar como a contação de histórias são ações enriquecedoras como o condutor inicial para abordar as mais diversas áreas de conhecimento. No âmbito escolar existe uma determinada representação do que é ser negro, seja nos livros, nas paredes da escola, nas falas dos agentes educacionais e na relação do professor com o aluno (GOMES, 2003).

O papel do professor na escolha deste recurso pedagógico é importante. Quanto mais rico na diversidade literária e ilustrativa deste material, maior será a qualidade e quantidade de saberes pelas crianças. Especialmente porque um número significativo de alunos é representado por negros. Estes estudantes precisam de referências negras para a construção de sua identidade com o uso de livros que abordem e valorizem a representatividade negra em suas histórias, e a compreensão sobre das diferenças entre as pessoas, trazendo uma formação de um sujeito mais crítico e consciente da diversidade étnico e “racial”, social e cultural presente na sociedade, onde não há espaço para o racismo estrutural que traz há muito tempo concepções equivocadas de pessoas.

Neste sentido, uma perspectiva reflexiva à temática étnico e “racial” e uma abordagem à diversidade cultural no país é de suma relevância para demonstrar a importância dos livros que possuam personagens negros como protagonistas. Além do tema do livro, outro ponto de grande destaque dentro da etapa de formação são as ilustrações de suas páginas, pois ao olharem e lerem esses livros e admirarem as imagens os estudantes se sentem representados. O uso dos enredos e histórias em livros que valorizam a autoimagem, a cultura negra e a diversidade étnico e “racial”, pode ter grande influência na formação de sua vida social. Uma escola, além de garantir o acesso ao conhecimento científico produzido ao longo dos tempos, precisa também promover o pensamento crítico do estudante, possibilitar o respeito às diferenças e reconhecer a diversidade como inerente à condição humana.

As crianças podem representar a mudança e serem as responsáveis por erradicar o racismo, com a promulgação da Lei 10.639/03 inspirou uma série de ações afirmativas em toda a educação básica. Os educadores das escolas públicas e privadas do país devem conhecer melhor os percursos padronizados aprovados pela Lei 10.639/03. Isso faz parte do processo de luta contra o racismo na sociedade brasileira, no qual o movimento negro e

outros grupos e organizações são protagonistas. Uma das formas de intervir pedagogicamente na construção da pedagogia pluralista e garantir o direito à educação e conhecer mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira.

No Brasil, a Lei n.º 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica, mas a sua aplicação tem sido distinta em diferentes contextos. Por outro lado, embora duas datas sejam frequentemente lembradas –o 13 de maio (Dia da Abolição da escravidão em 1888) e o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra desde 2003) –nem sempre o modo como tal é feito (evidenciando sobretudo os relatos de crueldade da escravidão, por exemplo) é o mais adequado ou construtivo (no sentido de valorizar as comunidades afrodescendentes e não apenas destacar o seu sofrimento), quando se trata de um público mais infantil ou juvenil. Por outro lado, consideramos que o ambiente escolar pode ser um local privilegiado a partir do qual se pode refletir sobre a necessidade de descolonizar o pensamento e as suas práticas históricas (MBEMBE, 2017), inculcadas ao longo do tempo. É nesse ambiente que pode começar a formar-se uma personalidade antirracista, porque, como dissemos num outro artigo, “o racismo não nasce com a criança” (MWEWA e MATOS, 2022). E também o contexto fora da escola, através de atividades didáticas e inspiradoras, pode ser aproveitado, recorrendo a agentes culturais, por exemplo, para promover uma consciência respeitadora das diversidades desde a infância. (MWEWA; MATOS, 2018). (MWEWA; MATOS, 2022b)

A luta do movimento negro na sociedade, vem com objetivo de lhes dar reconhecimento histórico e mudar os estereótipos negativos sobre eles tem tido resultados benéficos no campo da educação. A lei 11.645/2008, que "torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio" (BRASIL, 2008). Apesar da existência da lei e da diversidade, o preconceito racial ainda existe nas práticas educativas nas salas de aula atuais, o que acaba sendo visto sendo propagado pelas próprias crianças no ambiente escolar.

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos –livros, revistas, jornais, entre outros –utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano. (CAVALLEIRO, 2005),

Apesar dos avanços, percebemos que a escola ainda é um local de perpetuação de práticas racistas. (MUNGANGA, 2001) disse que isso se deve à frustração instalada nas mentes dos professores, à dificuldade em gerir a diversidade e ao desinteresse pelo conteúdo dos materiais didáticos. Todas essas coisas desencorajam e excluem os estudantes

negros, prejudicando a sua educação. Tendo isto em mente, é importante refletir sobre a nossa prática e perguntar-nos como desenhamos a educação antirracista. (CAVALLEIRO, 2000), entende as escolas como locais especiais de discussão e propostas de mudança, focando na necessidade de priorizar a difusão do conhecimento e o direito de cada indivíduo a uma boa vida no mundo. Assim, embora as escolas continuem a ser focos de práticas tendenciosas, as próprias escolas são um local apropriado para discutir e mudar esta realidade.

Tendo em vista essa possibilidade o Ministério da Educação introduziu os chamados temas transversais na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, buscando formas adequadas e eficazes de combater os diversos tipos de preconceitos e comportamentos discriminatórios que impedem a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. Com isso deixa os educadores livres para agregar conteúdo a esses temas transversais de acordo com sua experiência profissional e a especificidade de seus meios. Estes temas são de aspecto social e estão inseridos no currículo do ensino básico de forma “transversal”, não como áreas específicas do conhecimento, mas como temas a abordar nas várias áreas que compõem o currículo, problemas que precisam ser resolvidos, como violência, saúde e exploração de recursos naturais, entre outros. Questões éticas podem ser abordadas usando temas transversais. Todos os estudantes são cidadãos em primeiro lugar e cabe à escola permitir que eles compreendam seus papéis sociais como sujeitos, porque a cidadania é um exercício pragmático e não inerente. O respeito só pode ser fomentado se as questões dos sujeitos sociais marginalizados forem abordadas. É assim que o trabalho antirracismo escolar se enraíza.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNGANGA, 2005)

Para que a escola avance na relação conhecimento escolar, os educadores precisam compreender que o processo educativo é constituído também por dimensões da moralidade, das diferentes identidades, da pluralidade, da sexualidade, da cultura, dos povos etc. Explorar essas dimensões não significa traduzi-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ser sensível a como esses processos compositivos de formação humana se manifestam em nossas vidas e no cotidiano das escolas. Dessa maneira, poderemos

construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. (GOMES, 2005). É necessário que as escolas estejam cada vez mais conscientes de que existem para servir às sociedades em que operam, e não aos desejos do sistema educacional.

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social. (SILVA, 2005)

Apesar das constantes negações, o racismo está claramente impregnado na sociedade brasileira e simbolizado no cotidiano dos negros. No campo da educação, concordo com Nilma Lino Gomes (1995), que enfatiza:

Os movimentos sociais, as lutas da comunidade negra exigem da escola posicionamento e a adoção de práticas pedagógicas que contribuam para a superação do racismo e da discriminação [...] é necessária uma formação política-pedagógica que subsidie um trabalho efetivo com a questão racial na instituição escolar. Boa vontade só não basta! (GOMES, 1995, P.188-198)

O exposto nos faz pensar que não basta simplesmente ler o documento sobre diversidade cultural, ou analisar material didático, ou discutir problemas curriculares nas escolas, sem tocar seriamente na área de valores. Esses valores nunca estão isolados, na maioria das vezes, vêm acompanhados de práticas que precisam ser revistas para que estabeleça princípios éticos e engaje-se em um trabalho sério e competente de diversidade racial nas escolas. É preciso abrir esse debate e abordar com força essa delicada questão, caso contrário, continuaremos acreditando que a implementação de práticas antirracistas nas escolas dependerá apenas de um maior acesso à informação ou de processos ideológicos que politizem a consciência dos professores.

Por outro lado, de maneira geral a escolarização está firmemente comprometida com o projeto coletivo de mudança social, independentemente da diversidade cultural das diversas etnias que compõem a sociedade, visto que as diferenças culturais e raciais são constantemente enriquecidas na construção e organização das estruturas sociais. Assim, para que este compromisso funcione, é vital que os alunos se sintam membros ativos desta sociedade, envolvendo-se com a realidade, em diálogo sustentado, em situações de aprendizagem contextualizadas, utilizando procedimentos adequados. Intervir e promover a mudança de modo a formar um ambiente verdadeiramente cívico e democrático. Ao

participar desse debate, questionamos nossa atuação profissional e atitudes éticas diante da diversidade etnocultural e como ela se manifesta de forma diferente dentro das escolas e questionar que tipo de profissionais está sendo.

Estruturação do racismo: relato autobiográfico

O processo de socialização é importante no processo de formação da identidade de um indivíduo. Através disso, os indivíduos se reconhecem na sociedade. No processo de pertencimento e autoconhecimento, os negros devem ser incentivados desde cedo a desenvolverem a consciência do seu papel na sociedade e a não serem alvo de preconceitos. Segundo (CAVALLEIRO, 2000) vivemos numa sociedade na qual predomina uma visão negativa e preconceituosa em relação ao negro, que foi historicamente construída e que, em contrapartida, há uma identificação positiva do branco fazendo com que o processo de socialização acabe sendo fundado nesse modelo, no qual o negro é visto como sendo inferior ao branco.

No Dictionaru of Race and Ethnic Ralatioonns a “discriminação racial” é considerada distinta de outras discriminações, uma vez que as oportunidades negadas a alguns grupos não são baseadas nas suas capacidades e mérito individual, mas no fato de pertencerem a um determinado conjunto, erroneamente julgado como tendo uma base racial (CASHMORE, 1996). Em linhas gerais, o racismo manifesta-se quando se associa uma determinada personalidade e um conjunto de comportamentos a indivíduos de uma aparência física particular. Segundo Anthony Giddens (1989), um racista é alguém que acredita na existência de uma explicação biológica para qualificar, como superiores ou inferiores, pessoas com características físicas específicas. Já para Michel Wieviorka (1996), o racismo é a manifestação de inferiorização ou exclusão de um grupo em nome de razões apresentadas como naturais. (MWEWA; MATOS, 2022a)

Neste estudo opta-se por uma abordagem qualitativa e autobiográfica, com intuito de ter uma visão mais ampla do cenário educacional, quanto aos acontecimentos e fatos referentes ao racismo, observar e analisar as falas dos envolvidos se torna pertinente para esta pesquisa. A abordagem qualitativa faz parte do método de pesquisa exploratória, que segundo (GIL, 2007 P.41), “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A abordagem autobiográfica exige a forte participação do indivíduo, que por sua vez se envolve num processo de reflexão, orientado pelos seus interesses e que o leva a identificar e compreender o seu processo de formação. O método autobiográfico pode ser considerado da seguinte forma segundo (ESTEBAN, 2010, P. 153):

[...] desde vários anos atrás, houve uma progressiva recuperação do método autobiográfico na Antropologia, na Sociologia, na Psicologia Social e na Pedagogia. O ser humano recupera o protagonismo, em relação às excessivas abstrações e à desumanização do cientificismo positivista. Pujadas (1992); Santamarina e Marinas (1995) afirmam que esse fenômeno traz uma característica ou sintoma de uma época que podemos chamar de sintoma biográfico.

A pesquisa baseada em narrativas autobiográficas é amplamente utilizada nas pesquisas sociais porque contribui para o estudo de como as pessoas vivenciam o mundo. É o que acontece na Pedagogia, porque através das histórias de vida é possível descobrir o que os professores sabem sobre o ensino, como organizam o conhecimento e como o transformam. Desta forma, as histórias pessoais/profissionais podem refletir opiniões dominantes entre os professores. Ou seja, as narrativas autobiográficas são úteis para avaliar o impacto das experiências de vida e da formação na prática profissional.

No campo da educação, a especificidade do objeto de estudo em questão suscita a necessidade de identificar regras que indiquem o quanto o racismo ocorre nesse ambiente em termos de relações estabelecidas nessa realidade. Portanto, gerar tal conhecimento requer encontrar uma metodologia que realmente entenda os objetivos. Pela sua particularidade é potencialmente infinito quando se trata de identificar a gama de eventos existentes no ambiente educacional. É com base nessa premissa que esta pesquisa é realizada com base nos princípios da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Assim, para a investigação de dados qualitativos, existem algumas técnicas únicas baseadas em diferentes correntes, ideias e métodos, no entanto, este trabalho, dá especial atenção a uma das técnicas utilizadas para interpretar dados de investigação qualitativa, nomeadamente a análise de conteúdo. As formas como as histórias são contadas e registradas em um contexto educacional não se limitam apenas a descrever as cenas, fatos e acontecimentos de uma trajetória. Ao considerar a autobiografia como recurso de investigação científica, acreditamos, tal como Antônio Nóvoa, poder pesquisar e refletir sobre momentos marcantes do meu percurso pessoal e profissional. Quero que este

trabalho se concentre no futuro, não no passado. Gostaria de ser capaz de o conceber como uma fase preliminar da (nova) ação. Ação que espero empreender com um outro olhar e as mesmas utopias (NÓVOA, 1992, p.24).

Neste sentido, podemos fazer uma aproximação periférica com Walter Benjamin (1927- 1940). No texto "O Narrador", que pode ser encontrado no livro Obras Escolhidas (1994), Walter Benjamin, argumenta que as narrativas autênticas sempre têm uma dimensão utilitária que pode se concentrar em ensinamentos morais, conselhos práticos, provérbios ou regras de vida. Discute-se a relação entre ouvinte e narrador, observando que, até agora, não foi devidamente compreendido que a relação ingênua entre ouvinte e narrador é dominada pelo interesse em preservar o que está sendo narrado. A obra ainda traz à tona a diferença entre ficção e narrativa, apontando que o sentido da vida e a moral da história, são palavras de ordem que distinguem a ficção da narrativa, permitindo entender de uma forma a posição histórica de uma bem diferente do outro. A mensagem deve ser crível, fornecendo explicações e deixando evidente, porém, cabe ao narrador contar o milagre, o extraordinário, e deixar a interpretação para cada ouvinte. Dessa forma, a história ficará mais facilmente registrada na memória de todos que a ouvirem.

[...] o que é a verdadeira narrativa. [...] Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. [...] Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia (BENJAMIN, 1994, P.204)

O presente estudo a ser relatado, foi desenvolvido através de uma descrição de uma determinada vivência sobre a imersão em uma unidade escolar da rede pública municipal de Três Lagoas, cidade localizada no estado de Mato Grosso do Sul, entre 2022 e 2023. Esses materiais referem-se a fatos, com base em informações e afirmações pessoais. Portanto, esses estudos se encaixam bem na discussão que será apresentar o papel, ou seja, ouvir e observar com atenção.

A docência na área da educação é carregada de subjetividades e, por isso, não visa descobrir, por meio de um relato autobiográfico, a solução definitiva para as questões que surgem nas interações cotidianas dos envolvidos no processo educativo. Pelo contrário, o seu propósito é envolver-se numa contemplação pensativa/reflexiva, procurando compreender situações para lhe dar um novo significado. As possibilidades do que pode ser feito e como pode ser feito no trabalho autobiográfico são ampliadas quando se reconhece

que o conceito de comunicação se estende para além da escrita ou linguagem falada, abrange uma investigação mais ampla que incorpora outras formas de linguagem no domínio da pesquisa e das práticas instrucionais.

A inserção na escola, se deu durante a graduação em Pedagogia, na modalidade de estágio extracurricular com enfoque na mediação da alfabetização, entre os anos de 2022 e 2023. O ingresso ocorreu em uma unidade do sistema municipal, que abrange os níveis de ensino educação infantil e ensino fundamental I. Localizada na região urbana, em um bairro periférico e atende a um público bem diverso: desde crianças e adolescentes em situação de risco, de classe média, pessoas com deficiência e imigrantes. Para fins explanatórios, a unidade será mencionada como escola 1. Quanto ao período diário de atuação, na escola 1, acompanhou-se parcialmente o turno matutino, completando a carga horária estabelecida de 4 horas diárias ou 20 horas semanais, na respectiva instituição. No período contrário trabalhava em uma unidade escolar privada, que abrange os níveis de ensino educação infantil até o ensino médio. Localizada na região urbana, atende a um público de filhos de trabalhadores de indústrias, cuja maioria dos estudantes são bolsistas. Para fins explanatórios, a unidade será mencionada como escola 2. Quanto ao período diário de atuação, na escola 2, acompanhou-se parcialmente o turno vespertino, completando a carga horária estabelecida de 6 horas diárias ou 30 horas semanais, na respectiva instituição.

Durante esses anos de imersão na instituição, foi possível presenciar falas e situações racistas e excludentes, bem como “brincadeiras” racistas que visivelmente constrangeram os estudantes, a desvalorização da estética negra e expressões carregadas de uma carga racista como os famosos lápis “cor de pele”.

Como de costume cheguei na escola 1 e fui direto para a turma do 1º ano, que atende crianças de 5 e 6 anos de idade. Na sala de aula, fui para o fundo para organizar a minha mesa e os materiais didáticos que iria utilizar naquele dia com alguns estudantes. Em um certo momento, uma criança chegou até mim e sentou ao meu lado, toda contente porque a mãe havia alisado o cabelo e trançado, ela me relatou que estava com muitos piolhos por isso estava com um penteado diferente. Por algum motivo ela queria justificar o fato e demonstrar de que maneira estava o cabelo dela antes, desse modo, utilizou como exemplo, o meu cabelo. Eu me considero preta e tenho cabelos crespos, neste dia estava com os cabelos soltos e com uma tiara. A criança começou a olhar para meus cabelos e tocá-los e logo em seguida me disse que antes da mãe arrumá-la ela estava com o cabelo todo “emborrachado” e sujo, igual o meu. No momento que ela me disse não tive reação, fiquei completamente surpresa e intrigada com a fala dela e me fez refletir sobre essa prioridade dessa estimulação ou “valorização” notada principalmente nessa turma cuja preocupação com a estética é estimulada desde pequena pela família, por meio de verbalizações das aspirações de ter cabelo liso. (RELATO DA AUTORA, 2023)

Penso que, para compreensão dos estudantes e como um maior conhecimento dos colaboradores da unidade, das questões raciais que permeiam o nosso cotidiano, e as questões identitárias que são diversas e atravessam o nosso convívio social de diversas formas, considerando que a escola seja um ambiente múltiplo e pluralista, é necessário superar os preconceitos e valorizar a cultura. Percebendo a relevância de espaços que permitam a discussão de temáticas pertinentes às questões raciais no contexto brasileiro e do papel que a escola desempenha como ambiente de socialização, prontifica-se que sejam desenvolvidos espaços de escuta e acolhimento dos estudantes, que simultaneamente permitam problematizar e informar a respeito das questões “raciais”.

Considerando a dimensão da cultura como elemento emergente da vontade individual apresentada por Freud (1930), esta cultura não pode ser vista como salvadora e evolução da humanidade. Esta discussão é particularmente importante porque muitas das atrocidades que ocorreram ao longo da história humana reforçaram a cultura, a destruição de outros e a superioridade das “raças”. Considerando que as relações humanas acontecem em uma área social mediada culturalmente, vale ressaltar o que Freud nos disse. Segundo o autor, a cultura é o elemento que nos distingue dos outros. Promove, portanto, elementos para que o homem controle a sua natureza, bem como, estabelecer os regulamentos que tangem os relacionamentos humanos, para que seja possível uma vida em sociedade sem a destruição/autodestruição (FREUD, 1930). É necessário reafirmar o que se identifica como os elementos fundamentais da formação identitária constituídos por meios culturais disponibilizados aos sujeitos em diferentes momentos sócio- históricos, a formação dos sujeitos sociais por meio da educação cultural é entendida como um conjunto de variáveis que são compartilhadas por um determinado grupo sobre influência histórica e, por sua vez, influenciam o desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo. Na prática, porém, esses conceitos distantes de sua natureza natural são muitas vezes marcados por subordinação a outros conceitos, especialmente no campo, estigmatizado, da educação.

Vale ressaltar que a compreensão de saúde mental neste estudo foi considerada no conceito introduzido que descreve a saúde mental como uma tensão entre o poder do indivíduo e o ambiente, e que determina o equilíbrio psicológico do indivíduo (SILVA, 2005), nas pessoas, isso se manifesta por meio do bem-estar subjetivo, do uso das habilidades mentais e da qualidade das relações com o meio ambiente. Neste contexto, é dada prioridade à decisão no local da escola. Portanto, ao tentar compreender o impacto das práticas racistas na saúde mental das crianças negras, podemos explicar o impacto do racismo e das suas diversas causas na saúde mental das crianças negras.

Trabalhei como auxiliar de uma professora em uma escola privada no ano de 2023, nos anos iniciais, como havia estudantes que estudavam em tempo integral eu ficava responsável pelo horário de descanso, neste dia no segundo ano do ensino fundamental resolvemos no horário de descanso assistir um filme e então fomos para sala de vídeo que era um lugar confortável para o descanso e assistir um filme. Uma estudante veio até mim e me disse que uma colega dela estava triste e queria ficar sozinha, chamei ela para conversar ela me disse que um dos meninos não queria ser amigo dela, porque não gostava da cor de pele dela. Então diante da situação tomei a iniciativa chamei o menino para conversarmos em particular e explicar que não podemos julgar ou classificar alguém pela cor de pele e o que ele fez era uma discriminação, naquele momento ele entendeu e foi pedir desculpas para colega. Essa situação foi passada para a professora responsável pela turma e não foram tomadas devidas providências, alegando que era discussões de crianças e eles já estavam de “bem”. Algumas semanas depois essa menina havia alisado o cabelo. (RELATO DA AUTORA, 2023)

Outra questão identificada e analisada está relacionada à construção identitária dos estudantes negros, pois eles estão constantemente expostos a diversos tipos de atributos negativos de cor ou etnia que se perpetuam na sociedade. Assim, repensando o conceito de saúde mental conforme utilizado, é possível identificar o racismo e seu impacto negativo na saúde mental a partir de características como construção negativa de identidade, baixa autoestima, problemas emocionais e consequências mais graves. Podemos entender as imagens associadas ao cabelo preto como indicativas de uma zona de tensão e conflito, como sugere (GOMES, 2002, P. 3):

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (GOMES, 2002, P. 3)

Nos dias atuais, podemos dizer que assumir uma estética negra, através da forma como nos vestimos, da aceitação do nosso corpo e da aceitação do nosso cabelo na sua forma natural é mais popular. Porém, apesar dos avanços dos movimentos sociais negros, associação com a “raça”, os cabelos crespos continuam sendo fonte de preconceito, críticas e discriminação, ocasionando na busca por aparências que se ajustem aos padrões de beleza europeus, padrões que, segundo (COUTINHO, 2011), estão associados a indivíduos do sexo masculino ou femininos brancos, com traços negros. Cabelo liso é algo distante da realidade em nosso país, mas ainda existe e é amplamente replicado.

Por fim, as crianças são pessoas com uma história pessoal e social, ativas na sociedade, que vivem uma infância histórica e vivem sob condições simbólicas e materiais específicas. A infância, portanto, não é definida apenas pela sua dimensão biológica, mas é uma categoria de gerações que são construídas socialmente e possuem características diferentes dentro de uma mesma sociedade. Às vezes varia de acordo com a classe social, etnia, sexo, idade, mas também mantém certas atitudes do cotidiano em relação às crianças, semelhanças que constituem as expectativas e as relações com as crianças. As contradições da sociedade se revelam nas instituições de educação, e as instituições de educação em geral, tornam-se um espaço onde se reproduzem o racismo e o preconceito, mas, ao mesmo tempo, podem formar uma prática de formação pessoal e social das crianças que respeite as diferenças sem hierarquia ou discriminação contra as pessoas. A educação das relações étnico e “raciais” na infância se dá nas relações que vivenciamos no dia a dia, com perspectiva crítica e independente para superar toda discriminação. Como resultado, surgem desafios políticos e pedagógicos quanto à especificidade da educação básica e à oferta e implementação da educação antirracista sem reproduzir a forma e o conteúdo dos outros níveis.

Portanto, a formação de professores deve se tornar uma atividade diária e a necessidade de conhecer a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, que é certamente uma ferramenta para combater todos os preconceitos instituídos. Só teremos autonomia, independência, igualdade e equidade na sociedade e na educação se buscarmos e lutarmos por uma formação intensiva que abranja diferentes fontes de conhecimento, reflexão no sentido de promover os saberes da experiência, conjugados com a teoria, permitindo à professora uma análise integrada e sistemática da sua ação educativa de forma investigativa, interventiva e interpretativa (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 22). Ao deixar visível a importância de uma formação inicial baseada em discussões teóricas e práticas, espaços pedagógicos voltados para as questões mais dinâmicas da sociedade humana, como questões étnicas e "raciais", podem ser intencionalmente criados ou reorganizados.

Considerações finais

Todos nós enfrentamos o desafio de pensar em diferentes formas de lidar com as etnias nas escolas. Será que estamos dispostos? Podemos, enquanto educadores(as) comprometidos(as) com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais, recusar essa tarefa? A nossa meta final como educadores(as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs (GOMES, 2005). Não faz sentido que as escolas, como instituições que trabalham com processos de desenvolvimento humano, inclusive a diversidade racial, continuamos a dar muita ênfase à aprendizagem de conhecimentos e conteúdo, esquecendo-nos que as pessoas estão em constante formação cultural, não apenas na inteligência, mas também uma compreensão mais ampla e profunda dos processos de identidade, emoções, aparência, valores, etc. Assim, seremos capazes de melhorar nosso papel como educadores e fazer um trabalho eficaz sobre a diversidade étnica.

Como disseminadores e produtores de conhecimento, as pessoas devem abrir mão do ascetismo do conhecimento, atentar para os apelos daqueles que geralmente são marginalizados e permitir que os outros se reinventem a partir de uma perspectiva de descolonização intelectual, visa ampliar o espaço de escuta e debate sobre temas relacionados à etnia. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, e percebe-se uma maior participação do público em geral, bem como a Pesquisa acadêmica na ciência da descolonização, que aumenta o reconhecimento de obras africanas, descentralizando. Vale reconhecer, no entanto, que essas conquistas foram fruto das lutas sociais e do movimento negro, ressaltando a necessidade de espaços diversificados que estimulem o pensamento crítico.

Mas mesmo que já compreendamos as referências que operam nesse campo de representação negra, as dificuldades que esses professores demonstram podem refletir a construção de uma produção literária bastante histórica ao longo de muitas décadas. A sociedade carrega consigo uma variedade de preconceitos e racismos estruturais que devem ser removidos para proporcionar uma aprendizagem essencial à formação ética e identitária de cada criança, principalmente se a criança se vê como negra. As escolas devem cumprir seu papel definido na legislação da Lei Federal nº 10.639/03, Lei Federal nº 11.645/2008, BNCC ou LDB 9394/96 e proporcionar a efetividade de um trabalho de qualidade com base nas literaturas disponíveis na área da educação. O significado e a função da representação sobre o que torna possível a comunidade negra, nossas crianças devem representar e ter orgulho de quem são e de onde vêm. Conforme nos aponta

(CAVALLEIRO, 2001), devemos pensar em uma educação que se estruture nas seguintes características:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Esses apontamentos nos mostram como pensar e repensar nossas práticas docentes e construir uma educação antirracista todos os dias. Devemos ver as escolas como locais onde todos são aceitos independentemente de suas características físicas, cor ou cabelo. Tal discussão é de extrema importância sabendo que convivemos diariamente em nosso país com casos de racismo. Não basta não ser racista, precisamos de uma sociedade antirracista. É importante pensarmos em uma educação que respeite e integre conhecimentos as contribuições culturais. Buscou-se neste trabalho trazer elementos para pensarmos a importância da formação cultural dos professores de modo geral e refletir, a partir da autobiografia, sobre alguns dos mecanismos dos racismos no cotidiano e contexto escolar. Pensando desse modo, você leitor possui formação cultural para lidar com esse tema?

Referências

BARBOSA, I. M. F. **Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas.** São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

BENJAMIN, W. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul.

1990. Site https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 11 de jul de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm . Acesso em 11 de jul de 2023.

CAVALLEIRO, E. Introdução. In **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: educação e poder-racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto,2000.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

COUTINHO, C, L. R. **A Estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura**. In: XXVI Simpósio de História -ANPUH. Anais. São Paulo, jul. 2011, p. 1-17. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300661828_ARQUIVO_AEsteticaeoMercadoProdutor-ANPUH11-2.pdf. Acesso em 25 de set de 2022

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

GATTI, B; BARRETO, E.S.S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GAMBOA, S. S. (Orgs.). **Pesquisa educacional: quantidade -qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. GIDDENS, A. Ethnicity and Race. *In*: GIDDENS, A. **Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1989. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, 1995. p. 57-63

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra: Body and hair as symbols of black identity**. 2002. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf Acesso em 30 de set de 2023

GOMES, N. L. **Educação e Identidade Negra**. *In*: Boletim da UFMG, Belo Horizonte, 2002.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, 2003.

GREETZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989, p.13-41.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada/[Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MWEWA, C. M.; MATOS, P. F. Formação para uma personalidade antirracista: Porque o racismo não nasce com a criança. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1150-1168, jun. 2022. e-ISSN: 2179-2534. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.16987>

MWEWA, C. M.; MATOS, P. F. O racismo importa: contributos dos campos da educação, da formação e das ciências sociais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em**

Educação Poiésis, Santa Catarina, v. 16, n. 29. p. 01-13, jan-jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587.
DOI: <https://doi.org/10.19177/prppge.v15e282022235-236>

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n. 40 Rio de Janeiro Jan./Abr., 2009.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SILVA, M. L. **Racismo e os efeitos na saúde mental**. Anais do Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo: (Temas em Saúde Coletiva 3) Instituto de Saúde, 232.p. 2005.